



C A P Í T U L O 8

ENTRE TERRITÓRIOS E URNAS: UMA AVALIAÇÃO DA GEOGRAFIA DO VOTO INDÍGENA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Jorge Lucas Nery de Oliveira

Doutorando em Ciência Política pelo IESP-UERJ, mestre em Ciência Política pelo PPGCP-UFFA e aluno contemplado com o intercâmbio acadêmico oferecido via PROCAD-AMAZÔNIA.

Carlos Augusto da Silva Souza

Economista (UFPA), Mestre e Doutor em Ciência Política (IUPERJ), professor e pesquisador da faculdade de Ciências Sociais (UFPA) e do programa de pós-graduação em Ciência Política (UFPA).

INTRODUÇÃO

As condições de acesso e o desempenho de candidaturas e partidos étnicos nas eleições têm sido objeto de intensos debates, especialmente em países pluriétnicos marcados por sociedades altamente divididas. Mais recentemente, esse tema também tem ganhado relevância na América Latina, com pesquisas voltadas a compreender o acesso de minorias étnicas, em especial dos povos indígenas, à política formal, com ênfase na dinâmica da competição partidário-eleitoral.

A literatura nos indica que esse acesso depende de alguns fatores, dentre eles, o grau de organização do movimento indígena local, e isso se liga diretamente ao contexto histórico e dos conflitos aos quais esses povos estavam submetidos. Além da questão organizacional precedida por um contexto histórico específico, Rice e Van Cott (2006) destacam elementos institucionais que moldam o acesso de grupos minoritários à competição política, como o formato do sistema partidário e eleitoral e as legislações eleitorais. Por fim, o tamanho da população indígena no território também se apresenta como uma condição necessária para emergência de candidaturas e partidos étnicos.

Segundo dados do Censo de 2022, 1,7 milhões de indígenas vivem no país, sendo a maior parte vivendo fora de Terras Indígenas, destaca-se a presença no norte do país (44%) e na região nordeste (31%), sendo Manaus (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM) os municípios com maior quantidade de pessoas autodeclaradas

indígenas. Esses, estão presentes em torno de 87% dos municípios brasileiros. Não houve contagem explícita da quantidade de etnias, mas o Instituto Socioambiental (ISA) estima em 279 (considerando os povos que são plurinacionais). Esses dados indicam uma pequena densidade populacional, correspondendo a 0,8% da população total brasileira, além da grande dispersão pelo território nacional.

Na prática, esse tipo de distribuição torna mais desafiadora a organização partidária e a viabilização de candidaturas étnicas. No contexto brasileiro, essa dificuldade é agravada por um histórico de tutela e pela ausência de autodeterminação política dos povos indígenas (Conceição, 2018; Cunha, 2018; Oliveira e Freire, 2006). Em relação aos demais fatores, destaca-se, em primeiro lugar, que o sistema partidário brasileiro não se origina de clivagens sociais consolidadas, como argumentam Lipset e Rokkan (1992) para o contexto europeu.

No Brasil, sua conformação está mais relacionada ao desenho do sistema eleitoral, com eleições proporcionais de lista aberta, que incentivam a personalização do voto e a identificação do eleitor com os candidatos, em detrimento dos partidos, e aos interesses estratégicos de atores e grupos políticos no interior do Congresso Nacional (Santos, 2002).

No que diz respeito ao sistema eleitoral, o modelo proporcional tende a favorecer o acesso de minorias políticas (Lijphart, 2019). Contudo, a legislação eleitoral brasileira ainda carece de mecanismos que incentivem efetivamente as candidaturas indígenas, pois, ao contrário do que ocorre com candidaturas de mulheres e pessoas negras, que passaram a contar com dispositivos específicos de estímulo a partir da Lei nº 9.504/1997, que trata da cota de Gênero e a EC 133 que trata da obrigatoriedade da aplicação de 30% dos recursos do FEFC e do FP (em candidaturas de pretos e pardos), os indígenas ainda continuam invisibilizados na política formal. Em outros países da América Latina, existem mecanismos para o acesso de minorias étnicas, como a reserva de assentos e eleições especiais (Bird, 2014).

É no contexto desse debate que este artigo se insere. Nele pretende-se testar, no contexto das eleições proporcionais brasileiras, de forma agregada, a relação entre a distribuição espacial dos votos e o tamanho da população indígena nos municípios. Como mencionado anteriormente, a literatura aponta que o número de indígenas em determinada localidade está correlacionado com a emergência de partidos étnicos e o sucesso eleitoral de candidaturas indígenas (Rice e Van Cott, 2006). Ressalta-se que não se trata de uma análise de comportamento político individual, tampouco se pretende examinar diretamente hipóteses relacionadas ao voto de identificação (in-group) ou rejeição (out-group), conforme discutido por Heath, Verniers e Kumar (2015) e Reilly (2021).

Optou-se por considerar como candidaturas indígenas todos os candidatos que se autodeclararam como indígena no momento da inscrição de suas candidaturas. Embora tenha um grande debate sobre a validade da autodeclaração como elemento de identificação racial, principalmente sobre legitimidade étnica (Paula, 2022), é um dado aceito pela burocracia eleitoral e pelos partidos políticos. Além disso, a pesquisa opta em focar nas eleições municipais legislativas pela quantidade de indígenas concorrendo nessa esfera da representação, pois, nas eleições majoritárias, mesmo para prefeito, são de extrema dificuldade de acesso para candidaturas indígenas porque exigem uma somatória de condições e recursos para a disputa que a maioria dos candidatos indígenas não conseguem acessar.

A presente investigação é guiada pela seguinte pergunta de pesquisa: Qual é o efeito do tamanho da população indígena no município sobre a distribuição de votos recebidos por candidaturas indígenas? Parte-se da hipótese central de que, quanto maior a população indígena em um determinado território, maior será a proporção de votos destinada a candidatos indígenas nas eleições proporcionais na esfera local. A análise recorre a dados das eleições de 2016 e 2020, combinados com informações do Censo Demográfico de 2022, considerando todos os municípios que apresentaram pelo menos uma candidatura indígena em um desses pleitos. Esse recorte se justifica pela acentuada diferença de candidaturas entre os grupos raciais, em especial, Branco e Pardos em relação às candidaturas indígenas.

Os resultados obtidos por meio de regressão linear múltipla oferecem indícios que confirmam a hipótese formulada. Mesmo após o controle por variáveis, como o número de assentos no município e o IDHM, a proporção de população indígena permanece significativamente associada a uma maior votação em candidaturas indígenas. Isso indica que a presença indígena territorializada é um fator relevante para a viabilização política desses grupos. A constatação reforça a importância de compreender a distribuição espacial da população indígena como elemento central para a análise de sua representação política, evidenciando que a densidade populacional indígena pode funcionar como base de apoio eleitoral.

O paper é estruturado em 4 seções além desta introdutória, na primeira seção analisaremos um breve contexto da literatura sobre candidaturas indígenas, após isso, teremos uma seção metodológica que guiará as escolhas feitas para a pesquisa, na terceira seção apresentei os resultados e na quarta, as discussões e implicações e limitações da pesquisa.

CANDIDATURAS INDÍGENAS NO BRASIL

A literatura latino-americana tem destacado a luta dos povos indígenas por reconhecimento político como elemento central para a conquista de direitos sociais e institucionais. Diferentemente de contextos em que o poder foi compartilhado por necessidade de estabilidade estatal (como em países com sociedades divididas na Europa), no caso latino-americano, o acesso ao poder por grupos étnicos historicamente marginalizados tem sido mais restrito. Autoras como Rice e Van Cott (2006) mostram que a emergência de partidos indígenas ocorrida na década de 1990, está associada à precariedade da representação dos partidos tradicionais e ao enfraquecimento das clivagens de classe, impulsionando novas formas de organização política com base na identidade étnica. Esses partidos surgem como resposta a um contexto de exclusão, fragmentação e insatisfação com a política tradicional.

As formas de acesso institucional à representação de grupos étnicos minoritários variam conforme o arranjo político de cada país. Bird (2014) classifica esses mecanismos em três tipos principais: assentos reservados para partidos étnicos, inclusão por partidos pan-étnicos e distritos eleitorais especiais. No caso da Bolívia, por exemplo, o sistema permite a escolha por uma circunscrição indígena, favorecendo a representação direta. No Brasil, propostas semelhantes, como a criação de cadeiras parlamentares destinadas exclusivamente a indígenas, enfrentaram resistência, sendo consideradas por alguns inconstitucionais (Conceição, 2018).

No Brasil, as candidaturas indígenas não são numerosas, mas estão presentes de forma contínua. Segundo Paula (2020), entre 1976 e 2016, foram eleitos 583 indígenas de 90 etnias, com mandatos exercidos em 145 municípios, majoritariamente em cargos legislativos (518 vereadores). Os partidos mais recorrentes foram PT, MDB, PSDB e PSB. A distribuição regional indica forte presença no norte e no nordeste. A partir de 2016, observou-se uma reorientação política: candidatos indígenas passaram a ser cada vez mais eleitos por partidos de centro-direita e direita, seguindo a classificação de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), especialmente na Amazônia Legal, onde está a maior quantidade de candidaturas. Em 2020, 75% dos vereadores indígenas eleitos na região pertenciam a partidos desse espectro, sinalizando uma mudança no padrão de alianças históricas dessas candidaturas.

Esse fenômeno se relaciona às oportunidades de acesso eleitoral oferecidas por partidos maiores, com capilaridade local e mais recursos. A literatura latino-americana sugere que, além de variáveis institucionais, como magnitude distrital e permissividade para criação de partidos, fatores estruturais e o grau de organização política das comunidades indígenas influenciam diretamente no desempenho e sucesso eleitoral. No Brasil, o pertencimento étnico, aliado à histórica estigmatização

e à dificuldade de inserção no debate público, reforça os desafios dessas candidaturas, além da pequena população, diferente de outros países vizinhos. Ainda assim, o protagonismo político indígena tem se consolidado nas últimas décadas, com maior visibilidade e conquistas simbólicas e institucionais, mesmo diante de uma legislação eleitoral pouco adaptada à diversidade étnica do país.

A estrutura do sistema eleitoral brasileiro impõe barreiras significativas à participação política dos povos indígenas, agravando desigualdades já existentes. Entre os obstáculos apontados por Andrade e Carvalho (2019) estão as exigências legais, como alistamento eleitoral, quitação militar, domicílio eleitoral e domínio da língua portuguesa. Muitos indígenas, especialmente os aldeados, não têm acesso a serviços que permitam cumprir essas exigências, o que compromete seu direito de votar e ser votado. Além disso, a exigência do domínio da língua portuguesa como critério de alfabetização exclui candidatos que dominam apenas sua língua originária, desconsiderando o princípio da autodeterminação dos povos, celebrado na Constituição de 1988.

A filiação partidária, outro requisito obrigatório, também representa uma barreira. Segundo Codato, Lobato e Castro (2016), fatores como a ausência de diretórios partidários em regiões indígenas, redes pessoais entre candidatos e dirigentes, além das estratégias e interesses dos partidos, limitam a inserção dessas candidaturas. A escolha por apoiar ou não candidatos indígenas é frequentemente condicionada por interesses locais e pela lógica de funcionamento dos partidos, o que marginaliza ainda mais essas vozes. Assim, os entraves não se resumem apenas às regras eleitorais, mas também à dinâmica excludente da política tradicional brasileira.

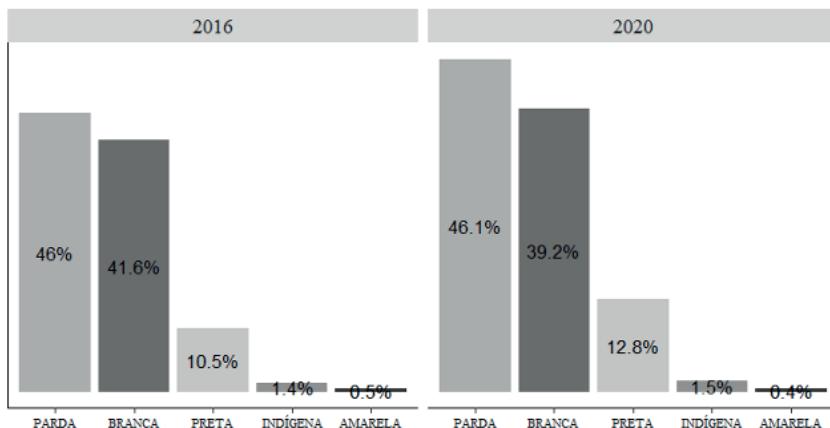
Apesar de avanços simbólicos, como a criação do Ministério dos Povos Indígenas em 2023, e concretos como a eleição de 5 deputados federais indígenas em 2022, ainda não existem mecanismos institucionais robustos que favoreçam a participação indígena com mandatos eleitorais. Propostas para criação de cadeiras especiais, semelhantes às experiências da Bolívia ou Nova Zelândia, não avançaram no Congresso Nacional (Conceição, 2018).

Nesse cenário, mulheres indígenas podem encontrar algum respaldo institucional por meio de políticas voltadas à promoção de gênero, principalmente com a da Lei nº 9.504/1997, mas é importante ressaltar que a inefetividade dessas medidas já é amplamente reconhecida, uma vez que, na maioria dos casos, os partidos políticos acabam sendo isentados de sanções em composições posteriores. Ainda assim, elas permanecem desassistidas no tocante à sua identidade étnica.

Nas duas eleições analisadas aqui, houveram 1.495 candidaturas indígenas em 2016 e 1.960 em 2020, disputando em 478 e 523 municípios, respectivamente. Em trabalho anterior, comparou-se a diferença de considerar a totalidade de

candidaturas e o número de candidaturas considerando os municípios que os partidos apresentaram pelo menos 1 candidatura indígena. Nas candidaturas totais, indígenas ficam com 0,3% em 2016 e 0,4% em 2020. Considerando um “banco indígena”, a disparidade entre os grupos raciais é menor, facilitando a comparação. No gráfico a seguir identificou-se o valor percentual das candidaturas considerando o banco indígena.

Gráfico 1 - Distribuição em proporção de candidaturas nas eleições de 2016 e 2020 no banco indígena.



Fonte: Oliveira e Pinheiro, 2024. Anais eletrônicos do 14º Encontro da ABCP.

Dessa forma, utilizou-se, para a análise realizada neste artigo, um banco de dados mais reduzido, contendo apenas as candidaturas em municípios que tinham pelo menos 1 candidatura indígena disputando. Na seção seguinte, são apresentados em maior detalhe os procedimentos metodológicos adotados para o tratamento e análise desses dados.

METODOLOGIA

A pesquisa tem uma abordagem quantitativa, utilizando-se dados das eleições de 2016 e 2020 disponibilizados pelo TSE, bem como informações do Censo de 2022 sobre o quantitativo da população indígena nos municípios. A análise abrangerá candidaturas aptas eleitas e não eleitas para os cargos de vereador em todos os municípios com candidaturas indígenas em 2016 e 2020. Para avaliar a relação entre as variáveis, adotou-se como estratégia de identificação uma regressão linear múltipla, com o objetivo de mensurar o efeito das variáveis independentes (ou preditoras) sobre a variável dependente, permitindo identificar a contribuição individual de cada fator na explicação da variabilidade dos resultados eleitorais.

A hipótese central da pesquisa é que “a proporção de votos nominais destinados a candidatos indígenas aumenta conforme cresce a população indígena no município”. Para testá-la, utilizou-se como variável dependente a proporção de votos nominais recebidos por candidaturas indígenas, calculada a partir da razão entre a soma de votos nominais destinados a essas candidaturas e o total de votos nominais do município. A principal variável independente é a porcentagem de população indígena no município, obtida pela razão entre a população indígena e a população total local. Como variável de controle, foi utilizada a quantidade de cadeiras em disputa no município e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Variáveis a nível de candidatura não serão utilizadas nessa análise, sejam as sociais, ou econômicas.

No Quadro a seguir, vamos indicar as variáveis que compõem o modelo de regressão linear.

Quadro 1 - Descrição das variáveis inseridas no modelo de regressão linear múltipla

Tipo/variável	Descrição
Variável dependente	
Perc_votos_indigenas	% de votos em indígenas por município e ano de eleição
Variáveis independentes	
Perci_indi	% de população indígena por município e ano de eleição
Cadeiras	Quantidade de assentos em disputa no município
IDHM	Índice de desenvolvimento humano municipal em 2010

RESULTADOS

Na tabela a seguir, indicou-se o resultado de três modelos lineares, que intercalaram as variáveis independentes: o primeiro “Modelo base” tem a relação entre o percentual de votos em candidaturas indígenas e o percentual de indígenas no município; o segundo “magnitude” adiciona a quantidade de cadeiras em disputa como controle; e o terceiro modelo adiciona o IDHM do município como controle.

Tabela 1 - Coeficientes de 3 modelos de regressão múltipla

	Modelo Base	Magnitude	Socioeconômico
(Intercept)	0.005	-0.131***	-2.245***
	(0.005)	(0.011)	(0.053)
perc_indi	41.332***	41.511***	42.450***
	(0.053)	(0.054)	(0.059)
cadeiras		0.007***	-0.005***
		(0.000)	(0.001)
idhm			3.282***
			(0.080)
Num.Obs.	229957	228469	228469
R2	0.728	0.728	0.730
R2 Adj.	0.728	0.728	0.730
+ p < 0.1, * p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001			

Os resultados dos três modelos de regressão apresentados na tabela indicam uma associação robusta entre o percentual de população indígena no município (perc_indi) e a votação em candidaturas indígenas. Em todos os modelos vigentes – Base, Magnitude e Socioeconômico – o coeficiente de perc_indi é positivo, estatisticamente significativo ao nível de 0,1% ($p < 0.001$), e bastante elevado: variando de 41.332 a 42.450. Isso sugere que, a cada ponto percentual adicional de população indígena no município, há um aumento estimado de mais de 41 pontos na variável dependente, a proporção de votos em candidaturas indígenas no município. Essa consistência reforça a hipótese central do estudo.

A inclusão das variáveis de controle como o número de cadeiras (no modelo Magnitude) e o IDHM (no modelo Socioeconômico) não altera substancialmente o efeito de perc_indi, que se mantém estável e com coeficientes semelhantes em magnitude e significância. A variável cadeiras apresenta um efeito positivo no segundo modelo e negativo no terceiro, também com significância estatística elevada,

mas com efeito quase irrisório. Já o IDHM surge apenas no terceiro modelo, com um coeficiente positivo e estatisticamente significativo, embora com influência muito menor na variação da variável dependente, o aumento do IDHM gera um impacto positivo na proporção de votos em candidaturas indígenas.

No que se refere à qualidade dos modelos, os resultados indicam que aproximadamente 73% da variância na variável dependente é explicada pelos modelos, o que representa uma capacidade explicativa bastante elevada para análises com dados em nível municipal. A estabilidade do R^2 , mesmo com a adição de variáveis de controle, sugere que o percentual de população indígena é, por si só, um dos principais fatores explicativos para a proporção de votos em candidaturas indígenas nos municípios. No conjunto, os resultados destacam a importância da presença populacional indígena como fator decisivo para o desempenho eleitoral, mesmo diante de diferentes arranjos institucionais e níveis de desenvolvimento.

DISCUSSÕES

Os resultados obtidos sugerem uma relação significativa entre o tamanho da população indígena e o apoio eleitoral às candidaturas indígenas. Embora essa associação possa parecer intuitiva ou até mesmo óbvia, é importante destacar que ela nunca havia sido testada de forma sistemática no contexto brasileiro. A confirmação dessa hipótese, ainda que inicial, contribui para preencher uma lacuna na literatura sobre representação política indígena no país.

No entanto, essa constatação abre caminho para investigações mais aprofundadas, que considerem, por exemplo, o comportamento eleitoral dos próprios indígenas, os vínculos com suas lideranças e as particularidades da política local. Compreender como essas candidaturas se articulam, quais estratégias utilizam e como os eleitores indígenas se mobilizam é essencial para avançar na análise das condições de representação e participação desses grupos no sistema político brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, fruto de um recorte da dissertação de mestrado de Oliveira (2025), procurou compreender os impactos da presença demográfica indígena sobre o desempenho eleitoral de candidaturas indígenas nas eleições municipais brasileiras de 2016 e 2020. A partir da combinação de dados do TSE com o Censo Demográfico de 2022, foram identificados os municípios que tiveram candidaturas indígenas e construída uma variável dependente que representa a proporção de votos nominais recebidos por esses candidatos. Por meio de regressão linear múltipla, foi possível observar que a variável de maior impacto na explicação da quantidade de votos em indígenas foi a proporção de população indígena no município, corroborando

a hipótese de que maior presença populacional tende a ampliar as chances de êxito eleitoral. Assim, contribui com a literatura ao fazer uma análise ainda não testada para o caso brasileiro.

Além de confirmar a hipótese, o trabalho também contextualizou os desafios estruturais que limitam a participação indígena no sistema político formal, como as exigências do alistamento, filiação partidária, domicílio eleitoral e barreiras linguísticas (Andrade e Carvalho, 2019). Essas dificuldades, associadas à ausência de mecanismos institucionais de incentivo à representação indígena, revelam uma cidadania incompleta para esses grupos. Portanto, os achados sugerem que, embora a presença populacional seja um fator relevante, ela não é suficiente por si, sendo necessário reformar as regras institucionais e ampliar o apoio político e institucional para garantir a efetiva inclusão dos povos indígenas na democracia representativa brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Bruna Ferreira de; CARVALHO, Volgane O. **Participação política dos povos indígenas e a perpetuação do cenário político**. Ed. Revista do TRE-RS / Tribunal Regional Eleitoral, Rio Grande do Sul. Ano 24, n. 46, janeiro/junho de 2019.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS. Apib lança bancada com candidatos indígenas pela primeira vez. APIB, Brasília, 29 de ago. de 2022.

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE. Escaños reservados para minorías étnicas: experiencia extranjera. Santiago: BCN, 2024. Disponível em: <https://www.bcn.cl>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BIRD, Karen. Ethnic quotas and ethnic representation worldwide. **International Political Science Review**, v. 35, n. 1, p. 12-26, 2014.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados**, v. 66, n. 2, p. e20210164, 2023.

CODATO, Adriano; LOBATO, Tiemi; CASTRO, Andréa Oliveira. "VAMOS LUTAR, PARENTES!" As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ckNHQ7ChG75QPwCYWVmnpdx/?format=pdf&lang=pt>

CONCEIÇÃO, Keyla Francis de Jesus da. **A invisibilidade do indígena no processo eleitoral brasileiro: As Organizações Indígenas e a luta pela representação política**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília, p. 48-82, 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na constituição. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 3, p. 429-443, 2018.

HEATH, Oliver; VERNIERS, Gilles; KUMAR, Sanjay. Do Muslim voters prefer Muslim candidates? Co-religiosity and voting behaviour in India. **Electoral Studies**, v. 38, p. 10-18, 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. ISA. **Quantos são?** Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F. Acesso em: 29 jul. 2025.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2019.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos dos eleitores. In: LIPSET, Seymour Martin. **Consenso e conflito**: ensaios de sociologia política. Lisboa: Gradiva, 1992. p. 161-259.

OLIVEIRA, J. L. N.; PINHEIRO, F. N. Dinâmicas de representatividade: um estudo quantitativo sobre a participação política indígenas nas eleições municipais de 2016 e 2020 para o legislativo municipal. In: 14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2024, Salvador. disponível em: 14º Encontro ABCP - **Anais Eletrônicos**.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Jorge Lucas Nery de. **Dinâmicas de representatividade: as candidaturas indígenas na disputa pelo legislativo municipal nas eleições de 2016 e 2020**. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, dissertação de mestrado, 2025.

PAULA, Luís Roberto de. A participação indígena em eleições municipais no Brasil (1976 a 2016): uma sistematização quantitativa preliminar e alguns problemas de investigação. In: VERDUM, Ricardo; PAULA, Luís Roberto de (Orgs.). **Antropologia da Política Indígena Experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais** (Brasil-América Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020. p. 21-107. Disponível em: Acesso em: 14 dez. 2021.

PAULA, Luís Roberto de. 'Jogando com as identidades': um perfil multidimensional das candidaturas e dos mandatos indígenas conquistados nas eleições de 2018 e 2022 e uma tipologia de modalidades de legitimidade indígena na arena político partidária nacional. In: PAULA, L. R. de; VERDUM, R.; SOUZA LIMA, A. C. (Org.). **Participação indígena em eleições**: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 21-74.

REILLY, Benjamin. Cross-ethnic voting: An index of centripetal electoral systems. **Government and Opposition**, v. 56, n. 3, p. 465-484, 2021.

RICE, Roberta; VAN COTT, Donna Lee. The emergence and performance of indigenous peoples' parties in South America: A subnational statistical analysis. **Comparative Political Studies**, v. 39, n. 6, p. 709-732, 2006.

SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Dados**, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; OLIVEIRA, Cloves; MARTINS, Joyce Leão. As minorias políticas: a sub-representação dos gêneros, raças e etnias. *In: Antônio Lavareda; Helcimara Telles (Org.). Eleições municipais na pandemia*. Rio de Janeiro: FGV, 2022, v. 1, p. 168-191.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; SOARES, Leonardo Barros; SANTOS, Rodrigo Dolandeli. Candidatas e candidatos indígenas eleitos e não eleitos para as Câmaras Municipais do Brasil. *In: Antônio Lavareda; Helcimara Telles. (Org.). Eleições municipais: Novas ondas na política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.